

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

INTERESSADA: Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)		
EMENTA: Recredencia a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), com sede no município de Sobral-Ce, até 31 de dezembro de 2022, convalidados todos os atos praticados no período de 23 de dezembro de 1996 até a publicação deste Parecer.		
RELATOR: Custódio Luís Silva de Almeida		
PROCESSO Nº 3556916/2014	PARECER Nº 479/2018	APROVADO EM: 08/05/2018

I – RELATÓRIO

Por meio do ofício nº 157/2014, o professor Fabianno Cavalcante Carvalho, Reitor da Universidade Vale do Acaraú, deu entrada no CEE, no processo nº 3556916/2014 em que solicita o recredenciamento da instituição, anexando os documentos exigidos pela Resolução CEE nº 439/2012, acompanhado dos seguintes volumes:

- I – Atos Legais da Instituição;
- II – Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2013 – 2017);
- III – Estatuto e Regimento;

A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), mantida pelo Governo Estadual do Ceará, é uma instituição *multicampi*, cuja sede está localizada na Av. da Universidade, nº 850, CEP: 62.040-370 – Campus da Betânia (Sobral – CE).

Inicialmente a instituição foi autorizada a funcionar como faculdade, com a oferta dos cursos de Letras, História, Estudos Sociais e Filosofia, por meio do Decreto Estadual nº 49.978, de 11 de janeiro de 1961, tendo sido abrigada nos espaços do Colégio Sant'ana, em Sobral, até 1971. Posteriormente, passou a funcionar na sede do antigo Seminário, onde está até hoje.

Em 23 de outubro de 1968, a Câmara Municipal de Sobral aprovou projeto que transformou a Faculdade em Fundação Municipal Universidade Vale do Acaraú. A Universidade passou a congregar as Faculdades de Educação, Ciências Contábeis, Engenharia de Operações, Enfermagem e Obstetrícia, além da Faculdade de Filosofia da Diocese de Sobral.

Em 10 de outubro de 1984, pela Lei Estadual nº 10.933, a UVA foi encampada pelo Governo do Estado do Ceará, sob a forma de autarquia estadual, passando a se denominar Universidade Estadual Vale do Acaraú. Desta forma, passou a deter personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar, vinculando-se à Secretaria de Educação do Estado. Nesse período,

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

foram criados mais cinco novos cursos em áreas estrategicamente escolhidas, de modo a estabelecer as bases para o reconhecimento da UVA.

Em abril de 1990, pelo Decreto de nº 20.586, do então governador Tasso Ribeiro Jereissati, o professor José Teodoro Soares assumiu o reitorado pró-tempore, com a missão de fazer a consolidação da UVA, pela obtenção do seu reconhecimento como instituição universitária.

Pela Lei Estadual nº 12.077-A, de 01 de março de 1993, a UVA foi mais uma vez caracterizada como Fundação, desta feita, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, denominando-se, a partir de então, Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, mas agora, passando a ser instituição de ensino superior de direito privado, com autonomia administrativa, financeira, disciplinar e didático-pedagógica.

A partir desse reordenamento jurídico-administrativo, a UVA obteve o seu primeiro reconhecimento como instituição universitária, portanto, com responsabilidades no ensino, na pesquisa e na extensão, no dia 1º de junho de 1994, mediante a publicação no Diário Oficial da União da Portaria Ministerial nº 821, de 31 de maio de 1994. Diploma legal antecedido pelo Parecer nº 318/1994, do Conselho Estadual de Educação do Ceará, homologado pelo então governador Ciro Ferreira Gomes, também reconhecendo a Universidade Estadual Vale do Acaraú. O reconhecimento da UVA como instituição universitária, permitiu que ela se expandisse de maneira vigorosa ao longo dos últimos 19 (dezenove) anos.

Importante ressaltar que a Instituição conta com 4 Campi em Sobral: Betânia, Derby, Cidão e Junco, projetados para atender a ofertas das diversas áreas, cursos bem como os programas e projetos oferecidos.

A Missão da Instituição é de "Ofertar ensino superior de excelência, de forma inclusiva, flexível e contextualizada e buscar, por meio da pesquisa e extensão, soluções que promovam a qualidade de vida".

A Visão é de ser "reconhecida por sua competência na formação de professores para a educação básica, pela oferta de ensino superior de qualidade e flexível, e pelos conhecimentos acumulados sobre os ecossistemas do semiárido cearense".

O atual PDI é referente ao período que vai de 2013 a 2017. De acordo com os dados constantes no PDI, a UVA possui um total de 25 cursos, sendo 13 em licenciatura, 11 em bacharelado e 1 tecnológico; 10.421 alunos de mais de 40 municípios do estado do Ceará e 427 professores em atividade, sendo 321 efetivos e 106 substitutos.

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

CURSO	ENADE	CPC
Bacharelado em Administração	3	3
Bacharelado em Ciências Biológicas	2	3
Licenciatura em Ciências Biológicas	3	3
Bacharelado em Ciências Contábeis	3	2
Bacharelado em Ciências da Computação	2	2
Bacharelado em Ciências Sociais	3	3
Licenciatura em Ciências Sociais	3	3
Bacharelado em Direito	4	3
Bacharelado em Educação Física	3	3
Licenciatura em Educação Física	3	3
Bacharelado em Enfermagem	4	3
Bacharelado em Engenharia Civil	3	s/c
Bacharelado em Filosofia	2	3
Licenciatura em Filosofia	2	3
Física	2	3
Bacharelado em Geografia	s/c	s/c
Licenciatura em Geografia	3	3
Licenciatura em História	3	3
Licenciatura em Letras (Português)	3	3
Licenciatura em Letras (Inglês)	3	3
Licenciatura em Matemática	3	3
Licenciatura em Pedagogia	3	3
Bacharelado em Química	4	s/c
Licenciatura em Química	3	3
Bacharelado em Zootecnia	3	3
Curso Superior em Tecnologia de Construção de Edifícios	s/c	s/c

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

Em relação aos servidores técnicos-administrativos, a UVA possui 108 servidores.

Para proceder a avaliação da Universidade, para efeito de credenciamento, foi designada pela portaria CEE nº 162/2016, uma comissão de avaliação, constituída pelos professores Selene Maria Penaforte Silveira – Presidente da Comissão, Luciana Lobo Miranda, José Nelson Arruda, Herbert, Orozimbo Leão e Francisco Herbert Lima Vasconcelos.

No período de 28 a 30 de novembro de 2016 foram mantidos os contatos iniciais com a Instituição pelos técnicos do Conselho Estadual de Educação do Ceará e solicitadas às providências em relação a agenda de trabalho elaborada, após consenso entre os avaliadores.

Na agenda continha o cronograma de atividades a serem desenvolvidas no período da visita *in loco*, os horários, os documentos a serem apresentados e a determinação dos tempos de análise da documentação institucional, das reuniões com os segmentos participantes do processo: Dirigentes/Gestores, Coordenadores de cursos, Docentes, Discentes, servidores técnico-administrativos e CPA com os seus membros. A agenda de trabalho foi cumprida integralmente, respeitado os intervalos e horários estabelecidos. Na fase que antecedeu a visita *in loco* foram analisados todos os documentos apensados ao processo, com destaque para o PDI e outros documentos disponibilizados pela Instituição.

O PDI apresentado pela UVA corresponde ao período de 2013 a 2017 e está condizente com a estrutura determinada pelo Art. 16, do Decreto nº 5.773/2006 e o seu conteúdo contempla as informações demandadas em cada item.

Os documentos verificados durante a avaliação presencial foram: PDI, Regimentos, informativos institucionais, relatórios da CPA, documentos relativos aos projetos e ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, dentre outros, referentes aos requisitos legais e normativos praticados pela Instituição.

Como metodologia utilizada por ocasião da visita *in loco*, a Comissão se dividiu em duas, de modo a conhecer os quatro *Campi* sediados em Sobral. Os documentos permitiram uma visão clara das atividades desenvolvidas pela Instituição, complementadas pelas informações e percepções resultantes da visita *in loco* e das reuniões presenciais realizadas.

Para proceder a avaliação da instituição, a comissão designada, além de analisar os documentos, utilizou o instrumento de avaliação externa, emitido pelo INEP, para credenciamento de instituições de ensino superior.

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

O instrumento de avaliação do INEP, subsidia os atos de credenciamento e credenciamento presencial de instituições de educação superior e a transformação da organização acadêmica de faculdade para centro universitário e deste para universidade.

Sua concepção busca atender à diversidade do sistema de educação superior e respeitar a identidade das instituições que o compõem. Considera, assim, as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, a partir do foco definido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos processos de avaliação institucional (interna e externa).

O instrumento está organizado em cinco eixos, contemplando as dez dimensões do Sinaes. Desta forma, tem-se:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

O instrumento é a ferramenta dos avaliadores na verificação dos cinco eixos, que contemplam as dez dimensões do Sinaes. É importante ressaltar que os conceitos obtidos nas avaliações não garantem, isoladamente, o deferimento do ato autorizativo, mas subsidiam as decisões regulatórias.

Todas essas ações de análise de documentos e utilização de instrumentos de avaliação permitiram a elaboração do presente relatório para fins de credenciamento da Instituição.



CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

II – AVALIAÇÃO

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

No Eixo 1, considera-se a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. O foco desse Eixo é a descrição e a identificação, por intermédio do documento Relato Institucional, dos principais elementos do processo avaliativo da IES em relação ao seu PDI, aos relatórios elaborados pela CPA e aos demais documentos institucionais avaliativos do período que constitui o objeto de avaliação. O Relato Institucional deve ter como foco a evolução acadêmica da IES.

Indicador		Conceito
Indicador 1.1	Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.	3
Indicador 1.2	Projeto/processo de autoavaliação institucional	2
Indicador 1.3	Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica.	2
Indicador 1.4	Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados	2
Indicador 1.5	Elaboração do relatório de autoavaliação.	2

Após a aferição das notas alcançadas em cada indicador, a comissão de avaliadores faz as seguintes justificativas para a escolha da nota de cada indicador.

O Planejamento e avaliação institucional encontram-se claramente explicitados no PDI apresentado e com suas metas claras. A instituição mostrou preocupação com relação ao Planejamento de suas ações, desenvolvendo iniciativas para o alcance das metas e a avaliação institucional encontra-se ainda em processo de consolidação e sistematização.

O Processo de autoavaliação ainda está em fase inicial, com comissão constituída, metodologia definida, com calendário previsto, no entanto, devido a fatores intra e extra institucionais, tais como as greves nos últimos anos, o processo de autoavaliação institucional sofreu descontinuidade e atualmente a CPA vem retomando para a implementação e consolidação propriamente dita. Ainda não uma cultura de avaliação institucional.

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Este Eixo tem seu foco no PDI e consiste na verificação da coerência existente entre esse documento e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão. Pretende, igualmente, verificar os

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pela IES no contexto de sua inserção social, bem como sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no PDI. Dessa forma, o Eixo Desenvolvimento Institucional assume o papel de induzir maior comprometimento da IES na construção de seu PDI, priorizando sua coerência e evolução.

O Eixo Desenvolvimento Institucional contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

Indicador		Conceito
Indicador 2.1	Missão institucional, metas e objetivos do PDI.	4
Indicador 2.2	Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.	4
Indicador 2.3	Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.	3
Indicador 2.4	Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	4
Indicador 2.5	Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural	3
Indicador 2.6	Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social	4
Indicador 2.7	Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social.	4
Indicador 2.8	Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial	2
Indicador 2.9	Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais.	Não se aplica

Missão Institucional, metas e objetivos do PDI – Foram estipuladas 25 ações no PDI, com definições de metas que em sua maioria encontra-se em desenvolvimento. Destaca-se positivamente a atualização dos PPPs dos cursos e as políticas de apoio aos estudantes com a entrega, em breve, do Restaurante e Residência Universitários e o seguro de vida aos estudantes. Como indicativo para melhoria há a necessidade ainda de implementação de uma política de formação pedagógica permanente para os docentes e acompanhamento do egresso.

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação – A instituição de um modo geral apresenta boas condições do desenvolvimento das atividades de ensino. O PDI define ações para melhoria do ensino tanto da graduação quanto da pós-graduação, com destaque para a titulação dos professores e o reconhecimento de sua qualidade atestada pelos estudantes

Coerência entre o PDI e as práticas de extensão – As ações de extensão, existentes e de grande alcance em algumas áreas, de um modo geral ainda necessitam de formalização com aperfeiçoamento de cadastro e registro das ações e projetos.

Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural – as ações do PDI relativas a atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural tem relevância e parecem ser uma vocação da UVA pela quantidade de projetos cadastrados e em desenvolvimento, articulados aos cursos graduação, especialmente cursos ligados à saúde, ciências biológicas e ciências agrárias. Também destaca-se as atividades culturais, artísticas e tecnológicas mesmo com as dificuldades atuais para estas áreas.

Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere a diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio. - No PDI há a preocupação institucional com atividades artístico culturais e memorial. Tem como ponto forte a gestão em parceria com a prefeitura do Museu São José. No entanto, não foi evidenciado ações de sistematização no que diz respeito a iniciativas artístico-cultural.

Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social – a Instituição contribui no desenvolvimento da região, de forma significativa para a melhoria dos indicadores econômicos e sociais, seja por meio de parcerias ou programas desenvolvidos pela própria Universidade, buscando a articulação integrada ao desenvolvimento curricular.

Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social – O PDI contempla a descrição de várias ações de relevância no que diz respeito ao trabalho de responsabilidade social e inclusão. Isso pode ser constatado na visita in loco por meio das ações de Programas como Bolsa Universidade, Auxílio Alimentação e auxílio moradia, bolsas em programas de extensão, parceria com a FUNCAP, programas de isenção de taxas, atendimentos a comunidade em ações na área da saúde, dentre outros. Importante destacar que se encontra em fase de conclusão de obras a Residência Universitária e o Restaurante Universitário.

Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial – Embora a Universidade seja um espaço aberto e plural no que diz respeito ao acolhimento às diferenças existentes na comunidade e no seu corpo docente e discente, não identificamos no PDI ações sistemáticas e

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

institucionalizadas voltadas para a promoção dos direitos humanos e igualdade ético-racial. Isso ocorre de forma pontual ou isoladamente a partir de iniciativas de cursos ou disciplinas específicas.

Internacionalização: Não há previsão no PDI e nem foi possível constatar programas ou atividades de cooperação e intercâmbio com a finalidade de internacionalização.

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

No Eixo “Políticas Acadêmicas” analisam-se os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Enfatiza-se também a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente. Este Eixo contempla as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

Indicador		Conceito
Indicador 3.1	Políticas de ensino e ações acadêmico administrativas para os cursos de graduação.	4
Indicador 3.2	Políticas de ensino e ações acadêmico administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu.	3
Indicador 3.3	Políticas de ensino e ações acadêmico administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu.	4
Indicador 3.4	Políticas institucionais e ações acadêmico administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultura	4
Indicador 3.5	Políticas institucionais e ações acadêmico administrativas para a extensão.	3
Indicador 3.6	Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	3
Indicador 3.7	Comunicação da IES com a comunidade externa.	3
Indicador 3.8	Comunicação da IES com a comunidade interna.	3
Indicador 3.9	Programas de atendimento aos estudantes.	3
Indicador 3.10	Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	3

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

Indicador		Conceito
Indicador 3.11	Política e ações de acompanhamento dos egressos.	2
Indicador 3.12	Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	1
Indicador 3.13	Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais	3

As políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para a graduação são bem desenvolvidas pela IES, com um bom nível de organização e controle da vida acadêmica do aluno, bem como um muito bom desenvolvimento e uso de material didático pedagógico, além de atualização curricular e programas de monitorias. Conta ainda com o núcleo de Educação a Distância (NEAD) que contempla a oferta de 9 cursos de graduação.

As políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para a pós-graduação stricto sensu estão em fase de desenvolvimento e consolidação. A IES já conta com alguns cursos de mestrado recomendados pela CAPES. Há uma intensão demonstrada no PDI de ampliação do mestrado e implementação de Doutorado Interinstitucional (DINTER).

As políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para a pós-graduação lato sensu estão bem consolidadas com a oferta de vários cursos nas mais diversas áreas do conhecimento, funcionando tanto de forma centralizada no próprio campi da instituição, quanto na modalidade descentralizada, em parceria com outros institutos.

As Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural – Tanto no PDI quanto na visita in loco foi possível observar o desenvolvimento de políticas bem estruturadas de pesquisa, iniciação científica e tecnológica especialmente nos cursos da área da saúde e das ciências agrárias. Em alguns cursos, os laboratórios estão equipados com materiais de última geração, com professores e bolsistas que desenvolvem pesquisas relevantes para o desenvolvimento acadêmico dos alunos e da região. Com relação as políticas artísticas e culturais ainda carece de uma maior institucionalização das ações. Verificou-se que as políticas de extensão funcionam de forma mais sistemática e institucionais nos cursos da área da saúde que oferecem várias ações e projetos de extensão para a comunidade acadêmica, necessitando ainda serem fortalecidas nos demais cursos.

Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural – Há previsão no PDI políticas de apoio aos estudantes com a previsão inclusive de bolsas de

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

pesquisas, monitorias e auxílio financeiro para a divulgação e apresentação de trabalhos em eventos de caráter científico. Na visita foi possível verificar essa política reafirmada por parte dos estudantes. No entanto, é necessário mais estímulo para as ações relacionadas a arte e a cultura.

Comunicação da IES com a comunidade externa – A Instituição tem como principal meio de comunicação externa seu site institucional, porém carece de ampliação das informações sobre as ações desenvolvidas pela IES. Ainda se encontra em fase de desenvolvimento políticas e ações de comunicação que favoreçam a interlocução com a comunidade, especialmente no que diz respeito a sistematização e divulgação dos resultados da avaliação institucional. Não há serviço de ouvidoria próprio. A comunicação da IES, de um modo geral, necessita romper os muros da instituição para a comunidade externa.

Comunicação da IES com a comunidade interna – A Instituição tem como principal meio de comunicação interna seu site institucional, porém carece de ampliação das informações sobre as ações desenvolvidas pela IES. A Instituição conta com murais, jornais informativos, manuais, guias acadêmicos, *folders*, revistas e outras formas de divulgação de suas ações e cursos. Quanto aos resultados da avaliação institucional, esse processo ainda está sendo implementado e desenvolvido pela comissão própria de avaliação. Já se percebe um movimento e o reconhecimento da importância dessa ação para a instituição. Não há serviço de ouvidoria próprio.

Programas de atendimento aos estudantes – Existem alguns programas de atendimento aos estudantes como cursos de nivelamento, acolhimento ao ingressante, monitorias dentre outros. No entanto, a IES ainda pode melhorar no que diz respeito a acessibilidade e atendimento aos alunos com necessidades especiais e criação de atendimento psicopedagógico. Não há ação institucional voltada a alunos estrangeiros.

Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente – Existem ações de apoio a realização de eventos internos e externos inclusive com ajuda financeira para os alunos que apresentarem trabalhos em eventos científicos. Há o Outubro UVA que reúne diversas atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e cultura.

Política e ações de acompanhamento dos egressos – As políticas de acompanhamento aos egressos estão previstas no PDI mas se encontram em fase inicial de implementação como o cadastro de e-mail de todos os alunos e preenchimento de questionários. Falta assim um acompanhamento mais institucionalizado dos egressos.

Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico – Não existem políticas de acompanhamento aos egressos no que diz respeito a sua inserção no mundo do trabalho e seu percurso profissional.

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI). - Na visita verificou-se que a instituição desenvolve de maneira suficiente, ações de inovação e propriedade intelectual que não encontram-se explícitas no seu PDI.

EIXO 4 – POLITICAS DE GESTÃO

O Eixo “Políticas de Gestão” tem como foco a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição. Abrange, ainda, elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira da IES para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável. Esse Eixo contempla as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

Indicador		Conceito
Indicador 4.1	Política de formação e capacitação docente.	4
Indicador 4.2	Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativa	3
Indicador 4.3	Gestão institucional.	4
Indicador 4.4	Sistema de registro acadêmico	4
Indicador 4.5	Sustentabilidade financeira.	3
Indicador 4.6	Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.	3
Indicador 4.7	Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente	4
Indicador 4.8	Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico administrativo	2

Políticas de formação e capacitação docente – Baseado nos indicadores e documentos apresentados além da visita in loco foi possível verificar que a instituição conta com em sua maioria com professores mestre e doutores e em regime de dedicação exclusiva e integral, além de políticas de saída para a qualificação. A IES também desenvolve políticas de incentivo a produção acadêmica e participação em eventos científicos/técnicos/culturais para o quadro docente.

Políticas de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo - Baseado nos indicadores e documentos apresentados além da visita in loco foi possível verificar que a instituição conta com uma política de capacitação de seu quadro técnico-administrativo, através da participação em cursos e formação em geral. No entanto, não

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

há um plano de cargos e salários implantado que leve em consideração a qualificação de seu quadro. Há uma carência acentuada de corpo técnico-administrativo, cujo o trabalho é desempenhado por profissionais terceirizados.

Gestão Institucional – Está previsto no PDI e foi constatado na visita in loco que o atual núcleo gestor vem trabalhando em busca de autonomia nos órgãos colegiados que atendam as especificidades dos vários campi existentes. A IES encontra-se vinculada a mantenedora (SECITECE).

A UVA, em sua organização, conta com quatro (4) órgãos colegiados: Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), Conselho de Centro (CONCENTRO) e Coordenadoria de Curso, sendo os dois primeiros órgãos de Deliberação Superior.

A IES é organizada em 7 Pró-reitorias, em que cada pró-reitoria trabalha com atribuições e competências definidas no PDI e com organograma específico. Destaca-se a atuação do núcleo gestor que trabalha de forma integrada e próxima a comunidade acadêmica.

Sistema de registro acadêmico – Baseado no PDI e constatado na visita in loco conclui-se que a instituição conta com uma boa organização do sistema de registro acadêmico, que funciona de forma organizada e informatizada. Há espaço físico próprio para arquivamento de acervo que contém a memória dos registros acadêmicos, além de um bom atendimento presencial e *on-line*.

Sustentabilidade financeira – As fontes de recursos previstas/executadas são oriundas do Governo do Estado, dotadas para Custeio e Capital, para manutenção e investimento em ensino, pesquisa e extensão. Como historicamente a IES captava a maioria de seus recursos através de seus Institutos, por meio de cursos descentralizados (graduação e pós-graduação *latu sensu*), a participação financeira do Estado não era significativa. não havia uma demanda de aumento de recurso da fonte do Estado. Atualmente os recursos externos oriundos dos Institutos foram reduzidos substancialmente por conta da diminuição da demanda e consequente fechamento de vários cursos descentralizados. O cálculo custo aluno encontra-se aquém das demais IES do Estado, necessitando de uma revisão desta distorção financeira para o atendimento das necessidades da IES. Para termos de comparação o custo aluno das fontes 00 e 70 da UECE é de 1684,78; da URCA 1172,82 e da UVA 828,41 havendo claramente uma defasagem em relação a última.

Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional – A instituição vem trabalhando no seu planejamento vinculada a dotação orçamentária prevista pelo Estado na Lei Orçamentária Anual (LOA) sancionada pelo Governador do Estado e que apresenta a discriminação da previsão da receita, por categoria econômica

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

e por fontes e, também, a despesa, por funções, programas, subprogramas, projetos e atividades, por categorias econômicas e elementos de despesa. Há também fontes oriundas de convênios, ajudas financeiras, rendas eventuais dentre outras.

Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente (indicador aplicado no Recredenciamento e Credenciamento para a transformação de Organização Acadêmica). - O Corpo docente da UVA é formado por doutores, mestres, especialistas e graduados. A seleção e contratação de docentes é realizada por meio de concurso público. A contratação de professor substituto e temporário é feito por meio de seleção pública. Da análise dos dados institucionais em relação ao corpo docente e sua gestão a comissão verificou que a gestão do corpo docente é muito boa em relação a carreira implantada.

Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo – O Corpo **técnico-administrativo é composto por 108 funcionários**. A seleção e contratação de técnico-administrativos da IES são realizadas por meio de concurso público. Da análise dos dados institucionais em relação ao corpo técnico-administrativo e à sua gestão, a comissão verificou uma carência de corpo técnico-administrativo concursado e com plano de cargos e carreiras implementados. Muitos serviços encontram-se sob a responsabilidade de profissionais terceirizados.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

No Eixo “Infraestrutura Física”, verificam-se as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Indicador		Conceito
Indicador 5.1	Instalações administrativas.	3
Indicador 5.2	Salas de aula.	3
Indicador 5.3	Auditório(s).	4
Indicador 5.4	Sala(s) de professores.	4
Indicador 5.5	Espaços para atendimento aos alunos.	3
Indicador 5.6	Infraestrutura para CPA.	2
Indicador 5.7	Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral -TI.	4
Indicador 5.8	Instalações sanitárias	3
Indicador 5.9	Biblioteca: infraestrutura física	4

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

Indicador 5.10	Biblioteca: serviços e informatização.	3
Indicador 5.11	Biblioteca: plano de atualização do acervo.	3
Indicador 5.12	Sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.	4
Indicador 5.13	5.13. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação	3
Indicador 5.14	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	4
Indicador 5.15	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.	4
Indicador 5.16	Espaços de convivência e de alimentação.	3

Instalações administrativas – Conforme verificação *in loco* as instalações administrativas são em parte próprias e em parte alugadas e atendem de forma suficiente as ações a serem desenvolvidas em seu Campi nos quesitos limpeza, conservação, iluminação, conforto das instalações, acústica, ventilação e segurança. Quanto a acessibilidade constatamos que enquanto os prédios mais novos preveem o atendimento as pessoas com limitação motora, com rampas e até elevadores, as instalações mais antigas carecem desse adequação.

Salas de aula – Conforme verificação *in loco* as salas de aula atendem de forma suficiente as ações a serem desenvolvidas nos quesitos limpeza, conservação, iluminação, conforto das instalações, acústica. Quanto a ventilação, algumas salas contam são climatizadas e outra não. Parte do mobiliário também necessita de renovação, especialmente das carteiras. Constatou-se ainda a inadequação do modelo de salas de aula utilizado no curso de pedagogia, que não atende a sua proposta educacional e metodológica. Quanto a acessibilidade constatamos que as salas de aula localizadas nos prédios mais novos preveem o atendimento as pessoas com limitação motora, com rampas e até elevadores. No entanto, as instalações mais antigas carecem desse adequação, especialmente as que se localizam no andar superior.

Auditório – A UVA possui 01 (um) Auditório Central, 04 (quatro) Auditórios Setoriais, 01 (um) Salão de Atos, 01 (uma) sala de videoconferência e 02 (dois) mini-auditório, além de outros pequenos espaços para eventos menores, atendendo de forma satisfatória as atividades institucionais a serem desenvolvidas pelos cursos.

Sala(s) dos professores – A IES conta com 72 salas em todo o Campi destinadas aos professores e diversas salas de uso coletivo com equipamentos e mobiliários em número suficientes para atividades de apoio ao trabalho docente. Em sua maioria os espaços possuem limpeza, conservação, iluminação, conforto das instalações, acústica, ventilação e segurança.

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

Espaço para atendimento aos alunos – Verificou-se que os espaços oferecidos para atendimento aos alunos são suficientes e contam com mobiliário adequado além de bom estado de conservação e limpeza. Alguns desses espaços, especialmente os que se encontram nos prédios mais antigos da instituição, não contam com acessibilidade para pessoas com problemas de mobilidade.

Infraestrutura para a CPA – Não constatamos nenhuma sala específica para o trabalho desenvolvido pela CPA. As reuniões acontecem nos espaços previstos para encontros da comissão. No entanto, isso não inviabiliza o trabalho da CPA que se desenvolve de maneira suficiente.

Gabinetes/estações de trabalho para professores Tempo Integral (TI) – A UVA conta com 72 salas de professores de diversos divididos entre os diversos centros. Esses gabinetes são compartilhados prioritariamente entre os professores com dedicação integral. São dotados de computadores e acesso à *internet*, mesas e armários e climatização e boa iluminação.

Instalações sanitárias – Existem diversas instalações sanitárias dispostas pelos Campi tanto para o uso masculino como para o feminino. Em cada Centro, essas instalações são divididas para uso exclusivo dos alunos e outras para uso do pessoal técnico-administrativo e professores. Alguns banheiros são adaptados para pessoas com necessidades especiais e outros não. As instalações sanitárias atendem de forma suficiente as necessidades institucionais.

Bibliotecas: infraestrutura física – A instituição dispõe de uma biblioteca central, no campus Betânia e três setoriais nos demais campus. A biblioteca central possui uma ótima estrutura física com instalações modernas, áreas destinadas à leitura, estudos em grupo, e sala de multimídia. Todas elas são climatizadas e informatizadas. São de livre acesso para consultas locais. Consideramos que o horário de funcionamento é insuficiente pois não funciona durante todo o dia fechando em boa parte do período da tarde.

Biblioteca serviço e informatização – todo o acervo disponibilizado na biblioteca é informatizado e tem sistema próprio. O trabalho é desenvolvido por uma bibliotecária responsável pelo espaço e conta ainda com auxiliares e estagiários. Funciona regularmente no turno da manhã e no turno da noite, no entanto o turno vespertino fica descoberto por não dispor de profissionais em número suficiente para cobrir esse turno ocasionando prejuízos para os usuários que circulam no período da tarde na Universidade.

Biblioteca: plano de atualização do acervo – O plano de atualização do acervo, segundo consta no PDI, acontece por meio de doações dos Institutos de apoio a UVA e de programas e recursos orçamentários do Tesouro Estadual, no Plano Plurianual e Orçamento anual. No entanto, essa atualização não acontece com regularidade.

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

Constatou-se, especialmente nos programas das disciplinas, que muitos títulos, em diversas áreas se encontram defasados necessitando de atualização.

Salas de apoio de informática ou infraestrutura – Há um espaço bem estruturado, em cada Centro, para o apoio de informática aos diversos cursos e serviços. As instalações são adequadas e a infraestrutura atende bem as necessidades do campus.

Recurso de tecnologia de informação e comunicação – Os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira suficiente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, e tem como principal instrumento de divulgação a página da Instituição pela internet. As salas ainda carecem de recurso de multimídia como data show, tv e outros, no entanto o professor pode fazer uso por meio do setor responsável. As salas de aula não dispõem de acesso à internet.

Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física - A IES possui um conjunto de 75 laboratórios, distribuídos pelos diversos centros, sendo esse um dos pontos fortes da instituição especialmente em se tratando dos centros de Ciências Agrárias e Biológicas e Ciências Exatas e Tecnologia. Os laboratórios da área de humanas deixam a desejar, necessitando de atualização.

Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: - Os Laboratórios, ambiente e cenários para as práticas didáticas atendem bem as necessidades dos alunos, em especial, os dos Centros de Ciências Agrárias e Biológicas e Ciências Exatas e Tecnologia, que são bem equipados, com equipamentos modernos e tecnológicos. Contam com estudantes estagiários e professores supervisores responsáveis pelos espaços. Os cursos da área de humanas carecem de melhores laboratórios para as práticas profissionais. Destacamos como exemplo o curso de Pedagogia não contar com nenhum laboratório específico para o ensino e nem com uma Brinquedoteca.

Espaços de convivência e de alimentação – Os campi contam com diversos espaços de convivência destinados aos alunos e usuários da Universidade. Atualmente, se encontra em fase de conclusão um grande restaurante universitário que irá suprir a carência de um espaço adequado para a alimentação dos alunos

EIXOS	MÉDIA DAS NOTAS	PESO	C.I
1. I PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	2,2	10	22
2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	3,5	30	105
3. EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	3,0	10	30

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

EIXOS	MÉDIA DAS NOTAS	PESO	C.I
4. POLÍTICAS DE GESTÃO	3,3	20	66
5: INFRAESTRUTURA FÍSICA	3,3	30	99
CONCEITO INSTITUCIONAL			322/100 = 3,22

III – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O pleito de credenciamento da Universidade Vale do Acaraú (UVA) se encontra amparado legalmente na LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 9º, inciso VIII, que assegura o processo nacional de avaliações de instituições de educação superior, Art. 10, inciso IV, que atribui aos Estados a incumbência de autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino, Art. 43, inciso de I a VIII, que estabelecem que a educação superior tem por finalidade o ensino, a pesquisa e a extensão e Art. 46, que determina que a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação; Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e a Resolução CEE nº 439, de 10 de outubro de 2012, que dispõe sobre o credenciamento e credenciamento das universidades do Sistema Estadual de Ensino.

IV – VOTO DO RELATOR

Considerando a instrução completa do processo em epígrafe, o Relatório da Comissão de Avaliação, constituída pela Portaria nº 162/2016, da Presidente deste Conselho Estadual de Educação, votamos favoravelmente pelo credenciamento da Universidade Vale do Acaraú (UVA), localizada no município de Sobral – CE, até 31 de dezembro de 2022.

Recomendo que a Universidade Vale do Acaraú busque estratégias que possibilitem a melhoria das notas aferidas por ocasião da avaliação, em todos os indicadores com avaliação menor que três, visando à excelência do ensino, pesquisa e extensão.

No que se refere à sustentabilidade financeira, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) informa que “as fontes de recursos previstos e executados são oriundas do Governo do Estado, dotados para Custeio e Capital, para manutenção e investimento em ensino, pesquisa e extensão. Como historicamente a IES captava a maioria de seus

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

Cont./Parecer nº 479/2018

recursos através de seus Institutos, por meio de cursos descentralizados, a participação financeira do Estado não era significativa.”

Essas práticas, comuns de cursos públicos ofertados em Institutos é inconstitucional, conforme art. 206, Inciso IV, da Constituição Federal de 1988.

Art. 206 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios

[...]

IV gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

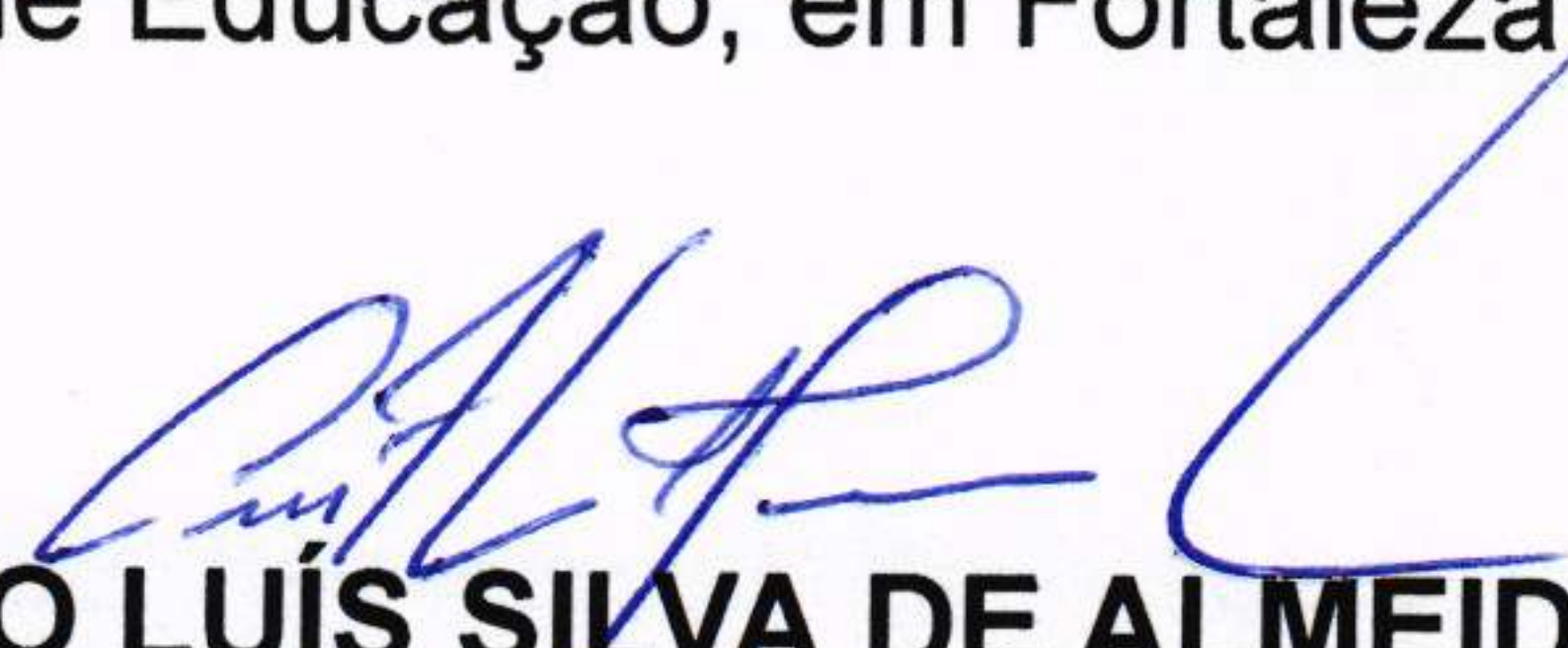
Determino que a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) inicie uma ação de desativação dos cursos de caráter privado, ofertados pelos Institutos e que incorpore os estudantes matriculados nos cursos regulares e gratuitos da Universidade. Cabe ao Estado financiar os cursos ofertados por suas universidades públicas, não sendo dever dos estudantes o pagamento dos estudos por eles feitos.

É o voto, salvo melhor juízo.

V – CONCLUSÃO DA CÂMARA

Processo aprovado pela Câmara de Educação Superior e Profissional do Conselho Estadual de Educação, por unanimidade dos presentes.

Sala das sessões da Câmara de Educação Superior e Profissional do Conselho Estadual de Educação, em Fortaleza aos, 8 de maio de 2018.



CUSTÓDIO LUÍS SILVA DE ALMEIDA
Conselheiro Relator



ADA PIMENTEL GOMES FERNANDES VIEIRA
Vice – Presidente no exercício da Presidência do CEE



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

INTERESSADO: Centro Educacional Santa Mônica		
EMENTA: Recredencia o Centro Educacional Santa Mônica, nesta capital, INEP/Censo Escolar nº 23516992, autoriza o curso de ensino fundamental, anos iniciais, sem interrupção, até 31.12.2019, e dá outras providências.		
RELATOR: José Marcelo Farias Lima		
SPU Nº 1265718/2017	PARECER Nº 0481/2018	APROVADO EM: 14.05.2018

I – RELATÓRIO

Francisca Alekssandra da Rocha Cavalcante, diretora pedagógica do Centro Educacional Santa Mônica, mediante o processo nº 1265718/2017, solicita deste Conselho Estadual de Educação (CEE) o recredenciamento da referida instituição de ensino e a autorização do curso de ensino fundamental, anos iniciais.

Referida instituição é integrante da rede privada de ensino, com sede na Rua 501, nº 57, Jangurussu, CEP: 60.866-600, nesta capital, e está inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), sob nº 10.554.042/0001-28, e com INEP/Censo Escolar nº 23516992.

O corpo docente dessa instituição é composto de 4 (quatro) professores, todos habilitados na forma da lei.

A instituição em pauta foi credenciada pelo Parecer nº 1495/2013 - CEE, cuja validade expirou em 31.12.2015.

Responde pela direção a professora Francisca Alekssandra da Rocha Cavalcante, licenciada em Pedagogia, com especialização em gestão escolar, Registro nº 9773, e pela secretária escolar, Patricia Barros dos Santos, Registro nº 8220.

Dispensa-se a citação dos demais documentos apresentados, pois o que é exigido por este Conselho está inserido no Sistema de Informatização e Simplificação de Processos (SISP).

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A solicitação em pauta atende parcialmente à Lei nº 9.394/1996, às Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e às deste Conselho.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

Cont. do Parecer nº 0481/2018

III – VOTO DO RELATOR

O voto do relator, com base na informação nº 0167/2018, da Assessora Técnica Maria Sueli de Mendonça Freire, e nos dados constantes no SISP, é favorável ao credenciamento do Centro Educacional Santa Mônica, nesta capital, e à autorização do curso de ensino fundamental, anos iniciais, sem interrupção até 31.12.2019.

Por ocasião do credenciamento, essa instituição deverá apresentar a este CEE os instrumentos de gestão atualizados nos termos da Resolução nº 395/2005, deste Conselho.

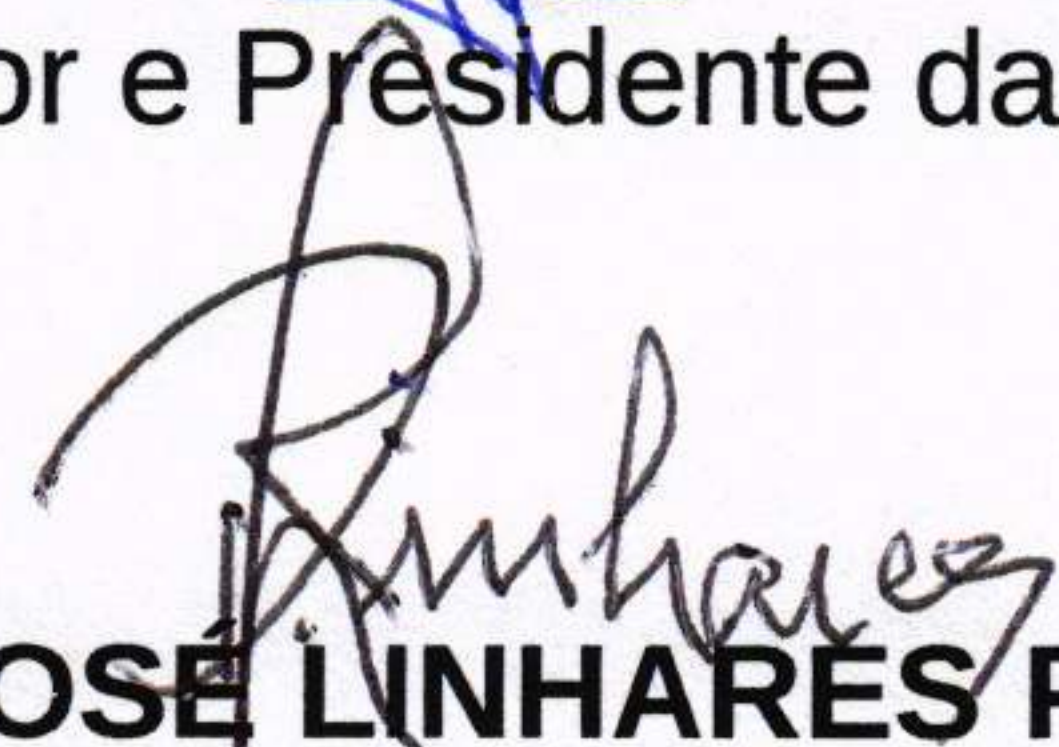
No que diz respeito à educação infantil, a solicitação deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal de Educação de Fortaleza, para apreciação.

IV – CONCLUSÃO DA CÂMARA

Processo aprovado “ad referendum” do Plenário, nos termos da Resolução nº 340/1995, deste Conselho.

Sala das Sessões da Câmara da Educação Básica do Conselho Estadual de Educação, em Fortaleza, aos 14 de maio de 2018.


JOSÉ MARCELO FARIAS LIMA
Relator e Presidente da CEB


PE. JOSÉ LINHARES PONTE
Presidente do CEE